



CONTRA OS TRABALHADORES, BOLSONARO FAZ BARGANHA COM AUXÍLIO EMERGENCIAL



Em troca da aprovação de um novo e miserável auxílio emergencial, o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) quer que seja abolido o teto mínimo de gastos com a saúde e a educação. O texto original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 186, chamada de PEC Emergencial, cujo relator é o senador Márcio Bittar (MDB-AC), estabelecia que estados, municípios e União ficariam desobrigados de investirem o mínimo em saúde e educação, como prevê, hoje, a Constituição.

A repercussão negativa do texto provocou a reação de senadores de oposição, sindicalistas e representantes dos movimentos social e estudantil, e obrigou Bittar a recuar e retirar o dispositivo do texto. No entanto, Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara e aliado de Bolsonaro, defende que o texto incluía medidas de ajuste fiscais nas contas públicas, prejudiciais à população. Ao Senado, o reajuste do texto será apresentado na próxima semana.

Enquanto o País assiste ao agravamento da pandemia e a ameaça de colapso hospitalar em todas as regiões, os aliados de Bolsonaro no Congresso adiam pautas urgentes para a proteção dos trabalhadores, como a do auxílio emergencial, e priorizam temas como a PEC da Impunidade, as privatizações das estatais e a redução de gastos em áreas essenciais como Saúde e Educação.

Demonstrando sua necropolítica, no dia seguinte à suspensão da votação da PEC 186 no Senado, Bolsonaro disse à imprensa que o auxílio emergencial deverá ser pago apenas por alguns meses e que o governador que tomar medidas de restrição de atividades por causa do aumento das mortes e do risco de colapso hospitalar é quem deverá bancar o benefício.

A única saída para a classe trabalhadora é se organizar para lutar e derrubar Bolsonaro e todos os apoiadores dessa política genocida da burguesia contra o povo!

PRIVATIZAÇÃO DO SERPRO ATENTA CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL SEGUNDO PARECER DO MPF

O Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma nota técnica, enviada para o Ministério da Economia, BNDES e TCU, apontando várias ilegalidades que incidem na privatização do Serpro. Segundo a nota, elaborada pelo Grupo de Trabalho Tecnologia da Informação e Comunicação da Câmara de Consumidor e Ordem Econômica do MPF (3CCR), a privatização do Serpro incorreria em descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - lei n. 13.709/2018) e da Lei de Segurança Nacional (lei n. 7.170/83).

A nota técnica indica que, caso o plano do governo federal se concretize, o capital do Serpro deixará de ser integralmente público e suas bases de dados serão tratadas de forma terceirizada. Segundo o MPF, a LGPD impede que o tratamento de dados para segurança pública, defesa nacional e segurança do Estado seja realizado por entes privados.

Ainda de acordo com o MPF, a privatização do Serpro poderá marcar uma violação da Lei de Segurança Nacional. A norma estabelece como crime o ato de entregar ou permitir a entrega de dados e documentos sigilosos do governo brasileiro para governo ou grupo estrangeiro.

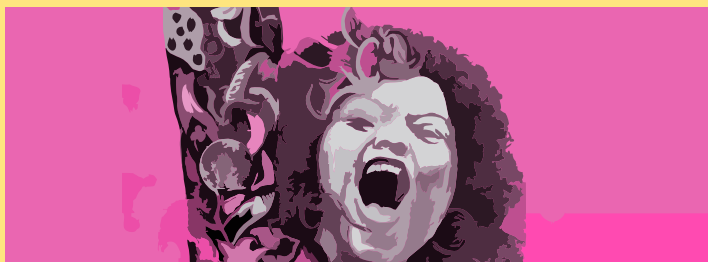
A lei também determina que comete crime quem revela



informações sobre técnicas ou sistemas de processamento de dados usados no Brasil que deveriam permanecer em segredo por serem essenciais para a defesa, segurança ou economia nacional.

As representações dos trabalhadores a nível nacional e estadual, já vinham alertando a sociedade deste risco eminente para nossa nação. A privatização do SERPRO, da DATAPREV e de todas as empresas públicas de informática que detêm informações estratégicas de nossa sociedade (financeiras, administrativas, fiscais, segurança, etc) não pode ocorrer.

MULHERES: LUTAS E RESISTÊNCIAS



No mês de março intensificam-se os debates sobre a situação das mulheres em todo mundo. No sistema capitalista, a subordinação das mulheres representa a condição estrutural de exploração e são elas as que mais sofrem as consequências

das crises econômicas. Além da super exploração da força de trabalho, da tripla jornada e de sua maior responsabilidade com a criação dos filhos, elas estão majoritariamente no trabalho precarizado, com menores salários e, devido às condições econômicas, estão em vulnerabilidade social. A situação é mais perversa quando se trata das mulheres negras, vítimas da dupla opressão de gênero e raça.

Em suas lutas, as mulheres enfrentam a desigualdade, o patriarcado e o machismo, estruturas de reprodução de subordinação. A unidade de toda classe trabalhadora contra o capitalismo é fundamental para superar a subordinação das mulheres.

8 De março – Dia de Luta da Mulher Trabalhadora!

ATAQUES À POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL



Em dezembro de 2020, o Conselho de Secretários de Saúde, CONASS, juntamente com, Associação Brasileira de Psiquiatria, ABP, apresentaram um ataque violento à atual política de saúde mental do Brasil, em uma proposta de alteração e destituição de diversos serviços e programas da Rede de Atenção Psicossocial Antimanicomial, RAPS, que atende as/os usuárias/os de saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta política foi implementada no intervalo de 30

anos, entre 1991 a 2014, e prevê o cuidado de pessoas em sofrimento mental em liberdade, baseado nos direitos humanos. No último dia 18, o Ministro da Saúde nomeou para a Coordenação Geral da Saúde Mental, álcool e outras drogas o psiquiatra Rafael Bernadon Ribeiro, um representante da ABP, defensor fervoroso do eletrochoque em terapias para depressão e outras doenças psíquicas.

Sob a alegação de que tal terapia só pode ser aplicada em hospitais com estruturas e com a presença de psiquiatras e anestesistas, volta-se à lógica de financiamento de grandes manicômios, comunidades terapêuticas de confinamento e o retorno das torturas. Um retrocesso inimaginável em relação a todos os avanços obtidos nos últimos anos no tratamento da Saúde Mental, em nome dos interesses dos grupos privados que lucrarão com a internação de pessoas. A meta do governo Bolsonaro é ampliar as internações em clínicas e em comunidades terapêuticas, em sua maioria ligadas a instituições religiosas.